

CADMO

Revista do Instituto Oriental
Faculdade de Letras de Lisboa

1



EDICÖES
COSMOS

二〇一〇年一月一日
二〇一〇年一月一日

A PROPRIEDADE FUNDIÁRIA NA BAIXA MESOPOTAMIA DURANTE O PERÍODO PALEOBABILÓNICO

Por EMANUEL BOUZON

*Professor da Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro*

Zusammenfassung

Die wirtschaftliche Existenz der altbabylonischen Gesellschaft gründet sich wesentlich auf die Landwirtschaft. In solchen Gesellschaften spielt natürlich die Frage nach dem Bodeneigentum eine sehr wichtige Rolle, um die Produktionssektoren dieser Gesellschaft bestimmen zu können. Die Assyriologie verfügt heute über reichliches Textmaterial bezüglich des Grundeigentums. Für die altbabylonische Zeit findet man zahlreiche Kaufverträge, die auf eine ziemlich grosse Beweglichkeit in Bezug auf Kaufen und Verkaufen von Ländereien hinzudeuten scheinen. Die bis heute bekannten etwa 800 Kaufverträge zeigen aber, dass die Zahl verkaufter Felder (A.SÀ), welche zum Gersteanbau dienten, besonders im Südbabylonien ziemlich gering war. Die Ausdehnung dieser Felder war ebenfalls relativ klein und ihre Preise im Süden sehr niedrig und im Norden auch nicht viel höher. Aus den vielen Texten der Palastverwaltung erfährt man andererseits, wie bestimmend die Anwesenheit des Palastes in der Wirtschaft war, besonders durch den Besitz vieler produktiver Felder und durch die Kontrolle der Bewässerungsanlagen. Leider zeigen die vorhandenen Texte aber nicht die Ausmasse der produktiven Felder des Palastes und des Privatsektors.

So bleibt es unmöglich eine definitive Aussage über das Problem des Grundeigentums und der Produktivsektoren in der altbabylonischen Zeit zu machen. Aus den untersuchten Texten darf man aber vielleicht interpretieren, dass die Feldproduktion der Privateigentümer wesentlich zur eigenen Subsistenz ihrer Besitzer bestimmt war. Die vielen Pachtverträge, besonders aus der Zeit nach Hammurabi, zeigen sicherlich aber auch, dass der Palast vorgezogen hat, seine Felder in Kleinbauernwirtschaft zu bestellen.

(Página deixada propositadamente em branco)

1. Introdução ao problema

Em regiões de economia essencialmente agrícola, como a Baixa Mesopotâmia, o problema da propriedade de terras produtivas é de suma importância, já que é ela que determina os sectores produtivos desse tipo de sociedade. Quem desejar, pois, estudar a economia babilónica e os sectores responsáveis por essa economia deve, sem dúvida, analisar a abundantíssima documentação relativa à propriedade dos campos cultivados e à produção desses campos. E o período paleobabilónico é, certamente, um dos mais bem documentados nesse aspecto.

Até hoje, o problema da propriedade de terras durante o período paleobabilónico ⁽¹⁾ tem sido, geralmente, tratado em conexão com a situação fundiária durante o tempo da renascença suméria, conhecido como III dinastia de Ur (2111-2003 a. C.) ⁽²⁾. No tocante à questão da propriedade fundiária durante a III dinastia de Ur há, basicamente, dois posicionamentos. Alguns autores defendem a tese de que em Ur III todas as terras eram propriedades da grande organização constituída pelo palácio e pelos templos. O primeiro assiriólogo a defender uma tal posição parece ter sido P. Koschaker, em 1933 ⁽³⁾, num artigo onde afirmava que todas as terras eram propriedades do palácio e dos templos; pessoas privadas podiam, apenas, possuir casas e pomares, mas não campos. No mesmo ano de 1933 o assiriólogo holandês F. M. Th. Böhl, numa comunicação à Academia Holandesa de Ciências, usava a expressão «state socialism on sacral basis» para descrever a economia de Ur III. Esta mesma posição tem sido, mais ou menos explicitamente, adoptada por um grande número de assiriólogos e historiadores até aos dias de hoje ⁽⁴⁾. A base da argumentação dos defensores desta tese é, basicamente, um «argu-

mentum e silentio», ou seja, a falta absoluta de contratos de compra e venda de campos entre o grande número de textos cuneiformes deste período.

O assiriólogo americano Ignace J. Gelb ⁽⁵⁾ apresenta, contudo, um outro tipo de interpretação. Para Gelb, concluir que todos os campos pertenciam ao Estado e que não havia, nesta época, campos de propriedade privada, apenas a partir da falta de textos com contratos de compra e venda de campos, é metodologicamente falacioso. A falta de documentação proveniente de arquivos privados pode ser facilmente explicada quer pela natureza mesma dos textos, oriundos na sua quase totalidade de arquivos de templos e dos cadastros palacianos de Drehern, de Umma e de Lagash, quer porque a venda e compra de terras talvez estivesse proibida nessa época ⁽⁶⁾.

De facto não se conhece, até hoje, nenhum texto de Ur III que contenha um contrato de compra de campos destinados ao plantio de cereais. Os poucos contratos de compra de imóveis entre particulares nesta época referem-se, principalmente, à compra de casas (É) ou de pomares (GIS.KIRI₆) ⁽⁷⁾. Em alguns textos o terreno negociado é classificado como KISLAH (KI.UD), que, certamente, indica neste contexto um terreno baldio ⁽⁸⁾. Num texto proveniente de Eshnunna o terreno vendido é descrito como 23 1/3 SAR KI.GÁL ⁽⁹⁾: «23 1/3 SAR (cerca de 874 m²) de terra não cultivada» ⁽¹⁰⁾. Dois textos de Nippur, mencionados por Gelb ⁽¹¹⁾, tratam, ainda, da compra de terrenos do tipo GIS.KIRI₆ e do tipo KISLAH.

Gelb apresenta, ainda, como um bom indício da existência de campos pertencentes a indivíduos particulares, o facto de aparecer, muitas vezes, em documentos administrativos oficiais o termo sumério A.èÀ ou GÁNA (= campo) seguido de um nome próprio ⁽¹²⁾ e indicando, certamente, que aquele campo seria propriedade da pessoa registada no documento em questão. Mas, como com razão observou J. Renger ⁽¹³⁾, a expressão A.èÀ ou GÁNA + nome próprio pode indicar diferentes tipos de posse desse campo ⁽¹⁴⁾.

Um outro importante grupo de textos que deve ser levado em conta neste contexto são os contratos de aluguer de campos produtivos entre pessoas particulares ⁽¹⁵⁾. Entre este tipo de textos, aparecem campos alugados qualificados como A.èÀ èUL.PA.È: «campo do deus èulpae» e outros classificados como A.èÁ èUKU: «campo de subsistência», referindo-se a campos atribuídos pelo palácio a funcionários a título de pagamento pelos serviços prestados, mas cuja propriedade permanecia do palácio.

Ao lado desses dois tipos de campos, há, também, campos alugados entre pessoas particulares que não são descritos como A.èÀ

+ nome de divindade, nem como campo A.èÀ èUKU. Este último tipo de campos, embora represente uma minoria, indica, provavelmente, um campo de propriedade de uma pessoa particular.

Gelb apela ainda para expressões como A.èÀ É. DUL.LA + nome próprio, interpretadas por ele como «campos da propriedade de NP», como indícios da propriedade de campos cultiváveis por parte de pessoas particulares (16). Mas estudos posteriores mostram que a expressão É.DUL.LA indica, provavelmente, uma dependência administrativa do palácio (17). G. Pettinato mostrou, outrossim, que expressões como GÁNA.GU₄ e GÁNA.GURUè, evocadas por Gelb neste contexto (18), não parecem ter, necessariamente, relação com a questão da propriedade desses campos (19).

A documentação da Baixa Mesopotâmia oriunda do período Ur III mostra, pois, claramente, que pessoas particulares podiam ser proprietárias de casas (É), pomares (Glé.KIRI₆) e terrenos não cultivados (KISLAH). Em relação ao problema da propriedade de campos destinados ao cultivo de cereais, os textos da época testemunham a existência de uma grande quantidade de campos pertencentes aos templos e ao palácio. Mas nessa documentação há, também, indícios que sugerem existir, ao lado dos campos da grande organização (palácio e templo), outros campos de propriedade de pessoas particulares. Por ser a maior parte da documentação existente unilateral, constando quase exclusivamente de textos da administração central, não se pode obter uma ideia completa do papel da propriedade privada na economia babilônica dessa época. A partir dos dados existentes pode-se, apenas, concluir que a administração central de Ur III era bastante centralizadora e que uma grande parte da população activa dependia, em sua subsistência, do palácio e dos templos. Naturalmente, para obter-se uma compreensão mais ampla das relações de propriedade fundiária durante o período babilônico antigo seria necessário ampliar o horizonte e analisar não apenas a documentação de Ur III mas também a de períodos anteriores.

2. A propriedade fundiária na documentação do período paleobabilônico

Quando em 2003 a. C. os Eiamitas assediaram, invadiram e saquearam a cidade de Ur, eles destruíram não apenas uma cidade mas puseram fim a um império que, durante mais de um século, fora factor de unidade e de centralização do poder na Baixa Mesopotâmia.

Depois da queda de Ur, e apesar dos esforços de Ishbi-Erra que

após a volta dos Elamitas para Susa tentara apresentar-se como continuador do império e das tradições burocráticas de Ur III, a Baixa Mesopotâmia assistiu ao aparecimento de inúmeras pequenas cidades-estado rivais entre si.

Inicialmente, Isin conseguiu, sem dúvida, uma certa hegemonia, tentando conservar a estrutura administrativa de Ur, mas logo surgiram outros centros autónomos como Eshnunna, na região do Diyala, Kish, Der, Sippar, Dilbat, e mais tarde Babel ao norte, bem como Larsa, Nippur, Kisurra e Kutalla ao sul. Além disso, regiões periféricas como Susa a leste, Assur ao norte e Mari a noroeste continuavam a representar para a Baixa Mesopotâmia um perigo contínuo.

Nessa época aconteceu também na região uma mudança linguística com o paulatino predomínio do acádio na documentação em detrimento do sumério que se tornou, aos poucos, uma língua culta e cáltica. Concomitantemente com a mudança linguística, há uma outra de carácter étnico com a entrada de inúmeros beduínos amoritas, que se tornaram sedentários no decorrer desse período, e conseguiram, pouco a pouco, dominar o cenário político da Baixa Mesopotâmia fundando ali inúmeras dinastias. Na passagem do séc. xix para o séc. xvm a. C., durante o reinado de Rim-Sin (1822-1763 a. C.), a hegemonia da região pertenceu a Larsa e mais tarde, durante o reinado de Hammurabi (1792-1750 a. C.), esse predomínio passou a Babel ⁽²⁰⁾.

As mudanças políticas bastante significativas dos séculos xx, xix e xvm a. C. foram acompanhadas de profundas transformações na estrutura sócio-económica da Baixa Mesopotâmia. O sector palatino continuou, sem dúvida, a desempenhar um papel assaz central na economia da região, principalmente a partir do reinado de Rim-Sin em Larsa e de Hammurabi em Babel. A administração do palácio controlava e administrava, quer directa quer indirectamente, vastas áreas de terras cultiváveis, cujas dimensões exactas nos escapam ⁽²¹⁾.

Na correspondência de Hammurabi a seus representantes em Larsa, *çamaè-hazir* e *Sin-iddinam* ⁽²²⁾, são mencionados três tipos de terra cultivável sob o controlo do palácio: o *A.èÀ çUKU* — acádio *èukusum* — indica parcelas de terra que são destinadas a funcionários do palácio a título de pagamento pelos serviços prestados. Este sistema de distribuição de parcelas de terra a funcionários do palácio era conhecido como *ilkum* ⁽²³⁾. Um segundo tipo de terra é designado como *eql biltim* e indica as terras do palácio que eram alugadas a particulares e pelas quais o palácio recebia uma parte da produção estipulada no contrato de aluguer⁽²⁴⁾. O terceiro tipo-de campo do palácio é descrito como *eqlum èa rèè ekallim ukallu*: esta expressão

acádica pode ser traduzida como «campo que está à disposição do palácio» e indica o campo que era cultivado pelo próprio palácio. Estas três categorias de terras correspondem, sem dúvida, às de nomeações pré-sargónicas GÁNA.ÈUKU, GÁNA.APIN.LÁ e GÁNA.NÍG.EN.NA.

Mas ao lado das actividades agrárias do palácio, a documentação do período babilónico antigo testemunha, também, uma crescente movimentação de compra e venda de propriedades entre pessoas particulares. São cerca de oitocentos contratos de compra de imóveis provenientes de cidades como Sippar ⁽²⁵⁾, Dilbat ⁽²⁶⁾, Kish ⁽²⁷⁾, Babel ⁽²⁸⁾ e Kazallu ⁽²⁹⁾ ao norte e Isin ⁽³⁰⁾, Nippur ⁽³¹⁾, Kisurra ⁽³²⁾, Ur ⁽³³⁾, Larsa ⁽³⁴⁾ e Kutalla ⁽³⁵⁾ ao sul da Babilónia, além dos inúmeros documentos da região do Diyala ⁽³⁶⁾.

Na Babilónia antiga o contrato de venda de uma propriedade era redigido do ponto de vista do comprador e servia-lhe como título de propriedade ⁽³⁷⁾. No acto da compra, a tabuinha com o texto do contrato era entregue ao comprador, que a guardava em seu arquivo privado e, em casos de dúvidas ou de reivindicações da propriedade, era para o novo proprietário o seu comprovante de propriedade. Os antigos títulos de propriedade — denominados, em geral, *tuppāt ummatim* — eram, ao que parece, igualmente entregues, em caso de novos contratos de venda, ao novo proprietário ⁽³⁸⁾. Assim, o vendedor entregava ao comprador, no acto da venda, o novo contrato e também o contrato antigo que atestava o direito de propriedade do vendedor.

Nos actos de troca de propriedades eram redigidos dois exemplares com o contrato de troca que eram conservados respectivamente por cada um dos contraentes ⁽³⁹⁾. Nestes casos eram, provavelmente, também trocados entre os contraentes os respectivos contratos de compra das propriedades envolvidas no acto da troca.

Nos processos de divisão de herança, cada herdeiro recebia, certamente também, as respectivas tabuinhas com os contratos de compra das propriedades que lhe tinham sido destinadas como herança ⁽⁴⁰⁾.

Os contratos de compra e de troca de propriedades são, pois, importantes documentos da vida jurídica e económica da antiga Babilónia. Hoje, o estudo desses documentos possibilita um melhor conhecimento da situação sócio-económica das diferentes famílias representadas nos diversos arquivos desse período; eles mostram, ao mesmo tempo, a evolução da sociedade e da economia do período babilónico antigo.

Um bloco significativo de documentos dessa natureza são os 150 contratos de compra de imóveis provenientes de Larsa ⁽⁴¹⁾. Concen-

traremos a nossa atenção em 127 desses documentos redigidos no período pré-hammurabiano e cuja data de composição abrange desde o reinado de Summu-il (1894-1866 a. C.) até ao reinado de Rim-Sin (1822-1763 a. C.), último rei de Larsa, antes da conquista de Hammurabi e da anexação de Larsa ao reino de Hammurabi. O texto cuneiforme desses contratos foi conservado em tabuinhas de argila que enriquecem hoje os acervos dos museus do Louvre, de Berlim e da Universidade de Yale (USA). Infelizmente as tabuinhas de Larsa não foram descobertas por expedições arqueológicas oficiais; elas são, antes, o fruto de escavações clandestinas e foram compradas pelos museus no comércio de antiguidades. Desta maneira tornou-se praticamente impossível determinar o lugar exacto em que foram encontradas as tabuinhas. Algumas delas estavam protegidas por uma espécie de envelope de argila, que continha uma cópia do texto do contrato e a impressão dos cilindros-selos dos respectivos contraentes e das testemunhas. É graças a essa cópia do texto do contrato que se podem, hoje, completar lacunas do texto principal bem como estudar possíveis variantes entre o texto principal e a cópia do invólucro.

As tabuinhas de Larsa conservadas no museu de Berlim foram publicadas em 1914 por H. H. Figula no vol. 13 da colecção *Vorderasiatische Schriftdenkmäler der Staatlichen Museen zu Berlin*, sob o título *Altbabylonische Verträge* (VS 13). Eles formam um total de dezassete contratos de compra de imóveis, dois de compra de escravos e três de troca de imóveis (42).

Em 1926 o assiriólogo francês Ch. F. Jean copiou e publicou, no volume 10 da conhecida série «Textes Cunéiformes» do Museu do Louvre, sob o título *Contrats de Larsa I* (TCL 10), 36 contratos de compra de imóveis e quatro de troca de imóveis (43).

A cópia das tabuinhas de Larsa conservadas na Universidade de Yale foi editada em dois volumes da colecção «Yale Oriental Series — Babylonian Texts». Em 1919 E. M. Grice, no quinto volume da série, publicava a cópia de vinte contratos de compra de imóveis, três de compra de escravos e um de troca de imóvel (44). Em 1941 D. E. Faust, no oitavo volume da mesma série, publicou a cópia cuneiforme de 25 contratos de compra de imóveis, nove de compra de escravos e sete de troca de imóveis (45).

Os contratos de Larsa apresentam uma tipología bastante determinada, em que as fórmulas jurídicas se repetem, com pequenas variações ou omissões de uma ou outra fórmula, de maneira bem homogénea. Pode-se detectar como fórmula básica de um contrato de compra de imóvel os seguintes elementos:

- a) descrição das medidas e do tipo de imóvel;

- b) localização do imóvel;
- c) menção do nome do proprietário;
- d) menção do nome do comprador;
- e) fórmula de compra: IN.èl.SA₁₀: «ele comprou»;
- f) cláusulas finais;
- g) testemunhas;
- h) data.

Entre os 127 contratos de Larsa estudados ⁽⁴⁶⁾, 98 registam compras de imóveis. A maior parte dos contratos refere-se à compra de imóveis descritos pelo sumerograma É.DÙ.A, que literalmente significa «casa construída» e indica, provavelmente, um terreno com uma casa ou uma área coberta nele construída ⁽⁴⁷⁾. Um outro tipo de propriedade muito negociada nestes contratos é descrito pelo sumerograma KISLAH (KI.UD), cujo significado não é sempre fácil de ser determinado. De acordo com as listas lexicográficas ele tem quatro equivalentes acádicos ⁽⁴⁸⁾. O equivalente mais comum parece ter sido *maèkanum*, que indica a eira onde o grão era trilhado e armazenado ⁽⁴⁹⁾. Outro equivalente muito comum é *nidûtum*, que significa um terreno não cultivado ⁽⁵⁰⁾. Num contexto de pomares de tâmaras, o sumerograma KISLAH corresponde, ainda, ao acádico *teriqtum* e designa o espaço livre entre as diversas tamareiras, que podia ser cultivado com hortaliças e outras culturas menores ⁽⁵¹⁾. Diversos contratos registam, também, a compra de pomares, expressos pelo sumerograma Glè.KIRI₆, que eram utilizados principalmente para o cultivo da tamareira ⁽⁵²⁾. Os campos destinados ao cultivo dos grãos, principalmente da cevada, base da alimentação e da economia da Baixa Mesopotâmia, são descritos nestes contratos pelo sumerograma A.èÀ ⁽⁵³⁾.

Dos 98 contratos pré-hammurabianos de venda de imóveis apenas seis referem-se à venda de campos descritos pelo sumerograma A.èÀ ⁽⁵⁴⁾. Trata-se, sem dúvida, de um número bastante irrelevante diante do total de propriedades negociadas; apenas 6,12% do total ⁽⁵⁵⁾. Note-se, porém, que apenas em dois casos se trata da venda de um A.èÀ sem maiores determinações ⁽⁵⁶⁾. Nos demais casos o sumerograma A.èÀ recebe uma ulterior determinação. Em YOS 8,84 (Rim-Sin 23) o campo vendido é descrito como A.èÀ èUKU: «campo de sustento»; em YOS 5,139 (Rim-Sin 30) parece tratar-se de um A.èÀ.èE [Glè.]: «campo destinado ao plantio de sésamo»[^] em VS 13,88 (Rim-Sin 49) o campo negociado é registado como A.èÀ KANKAL Glè KIRI₆: «campo baldio destinado à plantação de um pomar» e em YOS 8,166 (Rim-Sin 58) como A.SÀ Ú.SAL: «campo numa várzea»⁽⁵⁷⁾.

Os dois campos negociados, que são descritos pelo sumerograma A.SÀ sem maiores determinações, são relativamente pequenos. O primeiro, publicado em VS 13,77, mede 2 IKU e 1 SAR equivalente a, aproximadamente, 7236 m², e é comprado por Ubar-èamaè por 2 1/6 siclos e 10 èE de prata ou cerca de 17,77 gramas. O segundo campo, YOS 8,143, é bem maior, medindo 14 IKU ou 5,04 hectares e vendido ao mesmo Ubar-èamaè por 1/3 de mina, 4 2/3 siclos e 20 èE de prata, cerca de 204,87 gramas.

Como se admite hoje, um campo de 1 BUR, cerca de 6,48 hectares, produzia no período babilónico antigo aproximadamente 6000 litros de cevada e uma família de cinco pessoas precisava, para alimentar-se, de 2160 litros ao ano, numa proporção de sessenta litros ao mês para o pai de família e trinta litros para os demais membros (58). Nesta proporção, levando-se em conta o tempo necessário de alqueive, o mínimo de terra que uma família de cinco pessoas precisava para subsistir era de 14 IKU, ou seja, 5,04 hectares(59).

A proporção de campos vendidos dentro do conjunto dos 98 contratos é, pois, muito pequena: apenas dois são campos certamente destinados ao plantio da cevada. As suas dimensões são igualmente irrelevantes no contexto económico da cidade de Larsa: apenas um mede 14 IKU que cobre a necessidade anual mínima de uma família normal de cinco pessoas. Os preços desses dois campos são, também, bastante baixos: o primeiro é vendido à proporção de 0,846 g de prata o SAR e no segundo caso o preço é ainda mais baixo: 0,146 g de prata por SAR (60).

Entre os dezanove contratos provenientes de Larsa e que tratam da divisão de imóveis por ocasião da distribuição de heranças, só os contratos publicados em YOS 5,106 (Rim-Sin 38), em YOS 8,88 (Rim-Sin 32) e TCL 11,206 (Samsu-iluna 5) incluem campos na massa de bens a ser dividida; nos outros os bens divididos são casas, pomares, terrenos baldios, etc. (61)

Entre mais de cem contratos de compra de imóveis provenientes das cidades de Ur e Kutalla (62), localizadas a sul de Babilónia, apenas três registam a compra de campos. Todos esses contratos são de Ur (63) e, pelo menos em dois deles, o sumerograma A.èÀ recebe uma ulterior qualificação (64).

Neste contexto deve-se levar em consideração também os contratos de venda de imóveis provenientes de Nippur e de Kisurra, duas cidades da Babilónia Central, dependentes durante muito tempo do reino de Isin (65).

De Nippur são conhecidos, hoje, cerca de 116 contratos de venda de imóveis, entre os quais 59 se referem à compra de casas, on-

ze à compra de pomares e 46 registam a venda de campos classificados como A.èÀ (66). Já entre os dezassete contratos de venda de campos de Kisurra (®7) aparece novamente a tendência de qualificar o sumerograma A.èÀ com alguma determinação ulterior (68). Apenas em três casos o imóvel negociado é expresso pelo sumerograma A.èÀ sem maiores especificações (69).

No Norte da Babilónia, o quadro geral é bastante diferente. Há um maior número de campos negociados, descritos pelo sumerograma A.èÀ, em geral, sem maiores determinações. O exemplo mais representativo dessa região é, sem dúvida, a cidade de Sippar. Conhecem-se, hoje, cerca de 260 contratos de venda de imóveis, entre os quais 97 são contratos de venda de campos. Os mais antigos desses contratos são da época de Ilumma-ila (quatro contratos) e Immerum (cinco contratos), que governaram a cidade-estado de Sippar antes da sua anexação ao reino de Babel no ano 29 do reinado de Sumu-la-ilu (1880-1845 a. C.) (70). O contrato mais recente data do reinado de Ammi-saduqa (1646-1626 a. C.). Entre os 97 contratos de venda de campos quinze não estão datados e, conforme R. Harris, devem ser atribuídos ao período pré-hammurabiano, já que o preço do campo vendido também é omitido, o que caracteriza uma prática típica de períodos mais antigos (71).

Entre os 82 contratos de venda de campos datados pode-se estabelecer a seguinte proporção: 50% desses contratos foram redigidos no período pré-hammurabiano (72), 44% datam dos reinados de Hammurabi (1792-1750: vinte contratos) e Samsu-iluna (1749-1712: dezanove contratos); e os restantes 6% dos reinados de Abi-eèuh (1711-1684: um contrato), Ammiditana (1683-1647 a. C.: dois contratos) e Ammi-saduqa (1646-1626 a. C.: um contrato).

A proporção em outras cidades do Norte da Babilónia é semelhante: em Dilbat entre cerca de 35 contratos de venda de imóveis, quinze tratam de campos (73). Na região do Diyala, entre cerca de 45 contratos de venda de imóveis, 31 negociam com campos (74).

A análise da documentação do período babilónico antigo mostra, outrossim, que a partir do reinado de Hammurabi começa a diminuir o número de contratos de venda de campos e a crescer, sensivelmente, o dos contratos de aluguer de campos (75). H. Klengel atribui esse aumento de contratos de aluguer de campos no século xvii a. C. e a significativa diminuição de contratos de venda de campos nessa mesma época, em contraposição com os dados provenientes da documentação dos séculos xix e xvm a. C., onde o número de contratos de venda de campos era proporcionalmente bem maior do que o de contratos de aluguer, a determinadas mudanças sócio-

-económicas que aconteceram na Baixa Mesopotâmia a partir do reinado de Hammurabi e de seus sucessores ⁽⁷⁶⁾.

Um outro dado importante fornecido pela documentação examinada é o facto de existir uma desproporção significativa entre o número de contratos de venda de campos provenientes do Norte e do Sul da Babilónia. No Sul, nos documentos oriundos de Larsa, Kutalla e Ur, entre 240 contratos de transacções com imóveis, apenas treze se referem à venda de campos. Na documentação proveniente do Norte, entre 340 contratos de venda de imóveis, cerca de 250 registam a venda de campos ⁽⁷⁷⁾.

Renger tenta explicar essa clara discrepância entre a documentação do Norte e a do Sul pela presença de restrições à venda de campos existentes nas cidades do Sul ⁽⁷⁸⁾. Mas as fontes nada dizem sobre tais restrições. Há apenas indícios que podem justificar a hipótese de Renger como, por exemplo, o facto de os campos negociados nas cidades do Sul receberem uma especificação ulterior como A.ÈÀ KANKAL, etc., enquanto nos contratos provenientes do Norte a transacção refere-se ao A.ÈÀ sem ulteriores determinações. Além disso, a partir da tomada do Sul da Babilónia por Hammurabi nota-se a presença de funcionários da administração palaciana como testemunhas em contratos de venda de campos ⁽⁷⁹⁾. Mas, em qualquer hipótese, deve-se ter sempre em vista que não há, na documentação até hoje conhecida, elementos claros que permitam uma explicação definitiva dessa diferença entre os documentos provenientes das cidades do Sul da Babilónia e os do Norte.

Uma diferença considerável existe, também, nos preços da terra no Norte e no Sul da Babilónia ⁽⁸⁰⁾. A cidade do Sul da Babilónia mais conhecida pela sua abundante documentação é, sem dúvida, Larsa. Em Larsa, no séc. xvm a. C., o IKU da terra (cerca de 3600 m²) era vendido entre 4/5 a 1 1/4 siclo de prata ⁽⁸¹⁾. Já em Kisurra, outra cidade do Sul, durante o séc. xix a. C. o preço do IKU de terra variava entre 1 e 3 1/3 siclo de prata. Em Sippar, a cidade do Norte mais rica em documentação, o preço da terra varia, também, consideravelmente, mas é sempre bem mais alto do que no Sul. Assim, a maior parte dos campos custa entre 2 e 6 siclos de prata por IKU. Mas há, também, campos cujo IKU custa de 7 a 10 ou até mais siclos de prata ⁽⁸²⁾.

Como já foi dito acima, a produção média de um campo de 1 BUR (18 IKU = 6,48 hectares) era, em geral, 20 GUR (cerca de 6000 litros) de cevada; um campo de 1 IKU produzia, pois, cerca de 1 1/10 GUR, ou seja, aproximadamente, 330 litros de cevada. Com base na tabela de preços proposta pelo § 1 das Leis de Eshnunna ⁽⁸³⁾, que es-

típula como preço de um GUR de cevada um siclo de prata, pode-se concluir que um campo de 1 IKU custava em Larsa, tomando-se por média o preço de 1 siclo por IKU, o valor da produção anual desse campo. Já em Sippar, tomando-se por média o preço de 3 siclos por IKU, o preço de 1 IKU valia a produção de três anos desse mesmo campo.

3. Conclusões

A documentação proveniente do período de tempo dominado pela III dinastia de Ur (2111-2003 a C.) apresenta a imagem de uma economia profundamente marcada pela presença do Estado. Foi esse tipo de documentação que levou autores como P. Koschaker a declarar que em Ur III todos os campos produtivos eram propriedade das grandes instituições (palácio e templos); pessoas privadas podiam, apenas, ser proprietários de casas e pomares. Um contemporâneo de Koschaker, F. M. Th. Böhl, chegou a descrever a economia de Ur III como um «state socialism on sacral basis». A base deste tipo de argumentação é a falta absoluta de contratos de venda de campos entre a documentação desse período até hoje encontrada. Trata-se, pois, exclusivamente de um «argumentum e silentio». Mas basear-se exclusivamente neste tipo de argumento é metodologicamente perigoso, já que os períodos anteriores e o período paleobabilónico, que sucede imediatamente a Ur III, atestam a existência de inúmeras transacções de campos entre pessoas privadas. A falta deste tipo de documentação em Ur III pode ser facilmente explicada pela natureza mesma dos textos, provenientes quase exclusivamente de arquivos de templos e dos cadastros da administração palaciana de Drehem, de Umma e de Lagash. Uma outra hipótese aventada por I. J. Gelb é a existência de uma proibição de transacções com campos nesta época.

Além disso há diversos indícios que mostram pessoas particulares como proprietários de campos. É verdade que os contratos de compra de imóveis deste período referem-se à compra de casas (É), de pomares (Glé.KIRI₆) ou de terrenos baldios (KISLAH); mas encontra-se, também, em diversos textos uma formulação do tipo A.èÀ + nome próprio, que pode indicar que o campo em questão pertencia à pessoa cujo nome está registado no texto, embora, como observa Renger, a expressão A.èÀ + nome próprio possa expressar diversas maneiras de posse do campo em questão.

Um outro indício que infirma a tese de uma economia completa-

mente estatizada em Ur III é a existência de alguns contratos de aluguer de campos entre particulares, sem que o campo seja descrito como A.èÀ.áUKU. Tais tipos de contrato mostram, certamente, que o campo alugado era propriedade da pessoa que o alugava.

A partir da documentação neo-suméria conhecida até hoje pode-se, sem dúvida, concluir que a administração de Ur III era bastante centralizante e que grande parte da população dependia das grandes organizações para viver. Mas a natureza mesma da documentação existente não nos permite conclusões decisivas sobre a economia do pequeno proprietário. Esta questão deve ser examinada dentro do horizonte mais amplo da documentação anterior e posterior ao período dominado pela III dinastia de Ur.

Já o panorama apresentado pela documentação proveniente do período paleobabilónico é bem diferente daquele que se encontra nos documentos de Ur III. Existem, sem dúvida, inúmeros textos relativos à administração palatina, especialmente a partir do reinado de Hammurabi. Mas a assiriologia conhece, também, um número relevante de contratos que tratam de transacções entre particulares. E não se trata de um fenómeno isolado, restrito a uma determinada região da Baixa Mesopotâmia. Os textos cuneiformes que conservaram esse tipo de documentação são oriundos de cidades do Norte, do Centro e do Sul da Baixa Mesopotâmia.

A presença actuante do sector palatino na economia da região é, sem dúvida, testemunhada abundantemente; especialmente durante o reinado de Rim-Sin de Larsa e de Hammurabi de Babel. Um testemunho claro do controlo do palácio sobre uma grande área de terras produtivas é, certamente, a vasta correspondência de Hammurabi com seus representantes em Larsa, ζamaè-hazir e Siniddinam.

Nas cartas de Hammurabi é mencionada a existência de três tipos de terras aráveis sob o controlo palaciano. Havia um grupo de terras denominadas A.èÀ èUKU — acádico *àukusum* — que era constituído por parcelas de terra distribuídas aos funcionários da administração pública a título de sustento e de pagamento pelos serviços prestados. Este tipo de distribuição de terras integrava o sistema *ilkum* que dava ao funcionário do palácio ou do templo o usufruto da terra, embora o título de propriedade continuasse no palácio. Um segundo tipo de terra é denominado na correspondência em questão como *eql biltim* e indicava as terras do sector palatino que eram alugadas a particulares em troca de uma parte da produção estipulada no próprio contrato de aluguer. O terceiro tipo de terras do palácio é descrito como *eqlum àa rêè ekallim ukallu*, expressão acádica que pode ser traduzida por «campo que está à disposição do palácio» e

indica as terras que estavam sob a administração directa do palácio. Estas três categorias de terras correspondem, sem dúvida, às mesmas conhecidas desde o período pré-sargónico como GÁNA.ÈUKU, GÁNA.APIN.LÁ e GÁNA.NÍG.EN.NA.

Mas, ao lado das actividades do sector palatino que, certamente, influenciavam de maneira decisiva a produção agrícola da região, um grande número de textos oriundos do sector, que poderíamos chamar «privado» da economia, documentam uma crescente movimentação de compra e venda de propriedades imobiliárias entre pessoas particulares. São mais de oitocentos contratos provenientes, praticamente, de todas as principais regiões da Baixa Mesopotâmia. Esse fluxo de transacções de terras só vai diminuir, consideravelmente, a partir do reinado dos sucessores de Hammurabi, quando começa a crescer o número de contratos de aluguer de terra.

Naturalmente, numa economia essencialmente agrícola como a da Baixa Mesopotâmia, uma maior participação na propriedade das terras cultiváveis determina, também, uma maior presença como factor produtivo na economia. Levanta-se, aqui, pois, a questão essencial da distribuição das terras entre o sector público e o sector privado durante o período babilónico antigo. Sabe-se pela rica documentação existente que o sector palatino, principalmente após as conquistas militares de Rim-Sin e de Hammurabi, dispunha de uma grande quantidade de terras produtivas. Infelizmente não existem documentos que determinem a dimensão da área cultivável de propriedade do sector privado. Os contratos de venda de terras tanto do Norte como do Sul da Baixa Mesopotâmia registam transacções de campos de dimensões relativamente pequenas. Não há indícios claros na documentação de que grandes homens de negócio como Balmunahme, Ubar-èamaè e outros tenham investido seus recursos em terras e tenham especulado com elas. Além disso, numa terra de aluvião, como a da Baixa Mesopotâmia, a economia agrícola dependia totalmente do acesso à água possibilitado pela rede de canais de irrigação controlada pelo palácio.

A documentação existente não permite, pois, conclusões definitivas sobre o papel de cada sector produtivo na economia da Baixa Mesopotâmia. O papel do sector público representado pelo palácio e pelos templos é, sem dúvida, preponderante em todos os períodos da história da Baixa Mesopotâmia como o comprova a rica documentação hoje existente. Já em relação ao sector privado, torna-se mais difícil determinar a sua importância na economia. A documentação analisada mostra, claramente, que terras produtivas podiam pertencer a pessoas particulares. Para o período babilónico antigo tal direi-

to de propriedade é previsto nos próprios complexos legais como mostra o § 39 do *Código de Hammurabi*. Mas a documentação existente nada diz a respeito do número e das dimensões dos campos pertencentes a pessoas particulares. Pela área relativamente pequena dos campos negociados pode-se levantar a hipótese de que a produção dos campos do sector privado destinava-se substancialmente a garantir a subsistência de seus proprietários. Era uma economia de tipo familiar. Desta maneira os excedentes agrícolas desses campos não tinham um significado relevante na economia da região; além disso, uma boa parte desses excedentes era entregue ao palácio a título de tributos.

Por outro lado, a distribuição de terras a funcionários do palácio, a título *ilkum*, e os inúmeros contratos de aluguer de campos do sector palatino a particulares parece mostrar que o palácio usava a força de trabalho do sector privado para explorar muitos dos seus campos.

A conclusão final a que se pode chegar, a partir da análise da documentação paleobabilónica hoje conhecida, é que embora a propriedade particular de terras produtivas fosse uma realidade na Baixa Mesopotâmia, basicamente testemunhada por uma ampla documentação, o seu papel, como factor económico, parece ter sido sempre secundário em relação à produção dos campos do sector palatino e templário.

NOTAS

(1) A assiriologia considera, em geral, como período paleobabilónico o espaço de tempo que vai desde a queda de Ur III (\pm 2003 a. C.) até à invasão da Babilónia pelas tropas do rei hitita Mursilis I, e o fim da I dinastia babilónica em 1594. cf. D. O., EDZARD, «Die altbabylonische Zeit», in *Fischer Weltgeschichte*, vol. 2: Die Altorientalischen Reiche I, Frankfurt, Fischer Bücherei, 1965, pp. 165-209.

(2) Para uma exposição mais detalhada desta controvérsia cf. I. J. GELB, «On the alleged temple and state economies in Ancient Mesopotamia», in *Studi in Onore di E. Volterra*, Milão, 1969, pp. 146-154; J. RINGER, *Das Privateigentum an der Feldflur in der altbabylonischen Zeit*, Jahrbuch der Wirtschaftsgeschichte, Berlim, 1987, pp. 49-51.

(3) Cf. artigo «Law» in *Encyclopedia of the Social Sciences*, vol. IX, Londres, 1933, p. 217: «... all land become the property of temples and of the state. Houses and gardens were privately owned, but not tilled land; this accords well with the rather pronounced state socialistic character of the period. The population, ordered in cas-

tes according to trades, lived largely for and through the state; state economy was predominant and with it a vast bureaucracy, which also managed the public storehouses.»

(4) Cf. D. O. EDZARD, «Das Reich der III. Dynastie von Ur und seine Nachfolgenstaaten», em *Fischer Weltgeschichte*, vol. 2, p. 147; G. ROUX, *La Mesopotamie, Essai d'histoire politique, économique et culturelle*, Paris, Éditions du Seuil, 1985, p. 153s; J. P. GREGOIRE, «L'origine et le développement de la civilisation mésopotamienne du 3ème millénaire avant notre ère», in C. H. BRETEAU e outros (org.), *Production, pouvoir et parenté dans le monde méditerranéen de Sumer à nos jours*, Paris, Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1981, p. 67s.

(5) Cf. I. J. GELB, «On the alleged temple and State economies in Ancient Mesopotamia», in *Study in Onore di E. Volterra*, VI, Milão, 1969, pp. 137-154; IDEM, «Household and Family in Early Mesopotamia», in E. LIPINSKI (ed.), *State and temple economy in the Ancient Near East*, vol. I, OLA 5, Lovaina, Departement Orientalistiek, 1979, pp. 1-97.

(6) Cf. I. J. GELB, «On the alleged...», p. 147s.

(7) Cf. P. STEINKELLER, *Sale Documents of the Ur III Period*, Estugarda, Franz Steiner Verlag, 1989, p. 167s.

(8) Cf. P. STEINKELLER, *op. cit.*: n.º 18 regista a venda de 4 5/6 SAR 4 GÍN É.DÙ.A Û KI.UD: «4 5/6 e 4 GÍN de casa construída e de terreno baldio»; n.º 73: 1 1/3 SAR 6 GÍN É.DÙ.A Û KI. UD: «1 1/3 SAR e 4 GÍN de casa construída e de terreno baldio»; n.º 95: 1SAR 10 GÍN É.KI.UD: 1SAR e 10 GÍN de casa vazia.» O texto n.º 125 anota a venda de 8SAR KI.UD SAG₄ RIN₅.NA.RA₀ Giè KIRI₆: «8SAR de terreno baldio, (localizada) na... de um pomar.» Sobre o sumerograma KISLAH (KI.UD) cf. A. DEIMEL, *Sumerisches Lexikon*, III, p. 906, n.º 461, 195.

(9) O sumerograma KI.GÁL é, aqui, provavelmente uma variante de KANKAL (KI.KAL) cf. A. DEIMEL, *Sumerisches Lexikon*, III, p. 904, n.º 461,15; P. STEINKELLER, *op. cit.*, p. 125.

(10) Cf. P. STEINKELLER, *op. cit.*, p. 263, n.º 76.

(11) Cf. I. J. GELB, «On the alleged...», p. 151.

(12) Cf. L. LEGRAIN, *Business documents of the third dynasty of Ur*, Londres, British Museum Publications, 1937, n.º 1364; G. G. HACKMAN, *Temple documents of the third dynasty of Ur from Umma*, New Haven, Yale University Press, 1937, n.º 266; C. E. KEISER, *Selected temple documents of the Ur dynasty*, New Haven, Yale University Press, 1919, n.º 242, 310; A. FALKENSTEIN, *Die Neusumerischen Gerichts-urkunden*, vol. 2, Munique, Verlag der Bayerischen Akademie der Wissenschaften, 1956, n.ºs 201, 213, 214, 215.

(13) Cf. J. RENGGER, *Das Privateigentum an der Feldflur in der altbabylonischen Zeit*, Jahrbuch für Wirtschaftsgeschichte, Sonderband, Berlim, 1987, p. 50.

(14) Por exemplo, um campo èUKU, isto é, um campo de alimentação atribuído a um funcionário pelos serviços prestados ao palácio, podia ser designado A.àÁ NP.

(15) Cf. I. J. GELB, «On the alleged...», p. 151s; cf. tb. F. R. KRAUS, *Feldpachtverträge aus der zeit der III. Dynastie von Ur*, Welt des Orients, Göttingen 8, 1976, p. 186s.

(16) Cf. I. J. GELB, «On the alleged...», p. 150s.

- (17) Cf. J. P. GREGOIRE, *Archives Administratives Sumeriennes*, Paris, Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1970, p. 122s.
- (18) Cf. I. J. GELB, «On the alleged...», p. 152s.
- (19) Cf. G. PETTINATO, *Untersuchungen zur neusumerischen Landwirtschaft I Die Felder*, 1. Teil, Nápoles, Istituto Orientale di Napoli, 1967, pp. 28-35. Pettinato sugere, na pág. 30, que a expressão GÁNA.GU₄NI «als Verwaltungstermin aufzufassen, mit dem selbstverständlich nur ein kleinerer Verwaltungsbereich gemeint ist». Seria, pois, um termo que se relacionaria com a esfera administrativa. O significado exacto dos termos GÁNA GU₄ e GÁNA GURU₂ não é, portanto, conhecido.
- (20) Cf. D. O. EDZARD, «Die altbabylonische Zeit», in *Fischer Weltgeschichte*, vol. 2: Die Altorientalischen Reiche I, Frankfurt, Fischer Taschenbuch Verlag, 1983, pp. 165-209; H. KLENGEL, *Hammurapi von Babylon und seine Zeit*, Berlim, Deutcher Verlag der Wissenschaften, 1980, P. 27s.
- (21) Cf. J. RENGER, «Patterns of non-institutional trade and non-commercial exchange in Ancient Mesopotamia at the beginning of the second millenium B. C» in A. ARCHI (org.), *Circulation of goods in non-palatial context in the Ancient Near East*, Roma, Edizioni dell' Ateneo, 1984, p. 62s; idem, «Interaction of Temple, Palace and Private Enterprise in the Old Babylonian economy, in E. LIPINSKI, (ed.) *State and Temple Economy in the Ancient Near East*, Lovaina, Departement Orientalistiek, 1979, vol. I, pp. 249-256; W. F. LEEMANS, *Die Arten der Zurverfügungstellung von Boden für landwirtschaftliche Zwecke in der altbabylonischen Zeit*, *Welt des Orients*, Göttingen 8, 1976, p. 241s; M. de J. ELLIS, *Agriculture and the State in Ancient Mesopotamia*, Filadélfia, Occasional Publications of Babylonian Fund, 1, 1976; N. YOFFEE, *The Economic Role of the Crown in the Old Babylonian Period*, Malibu, Bibliotheca Mesopotamica 5, 1977.
- (22) Cf. a edição brasileira de todas as cartas até hoje conhecidas de Hammurabi em E. BOUZON, *As Cartas de Hammurabi*, Petrópolis, Editora Vozes, 1986.
- (23) Cf. M. de J. ELLIS, *op. cit.*, p. 12s; B. KIENAST, art. «ilkum», in D. O. EDZARD (ed.) *Reallexikon der Assyriologie*, Berlim, Walter de Gruyter, 1976-1980, vol. 5, pp. 52-59; H. KLENGEL, *op. cit.*, p. 113s.
- (24) Cf. H. KLENGEL, *op. cit.*, p. 159. Uma explicação diferente sobre a natureza do *eql biltim* é apresentada por M. de J. ELLIS, *op. cit.*, p. 26s. O Código de Hammurabi trata nos §§ 42-47 das obrigações e direitos de quem alugava um campo, que, certamente, valiam, também, nas relações de aluguer de campos do palácio.
- (25) Cf. R. HARRIS, *Ancient Sippar. A Demographic Study of an Old Babylonian City (1854-1595 a. C.)*, Leiden, Nederlands Historisch-Archaeologisch Instituut te Istanbul, 1975, p. 213s.
- (26) Cf. H. KLENGEL, *Untersuchungen zu den sozialen Verhältnissen im altbabylonischen Dilbat*, *Altorientalische Forschungen* 4, Berlim, 1976, pp. 63-110.
- (27) Cf. p. ex.: V. DONBAZ and N. YOFFEE, *Old Babylonian Texts from Kish Conserved in the Istanbul Archaeological Museums*, Malibu, Undena Publications, 1986.
- (28) Existem, apenas, poucos documentos oriundos de Babel, já que a camada relativa ao período babilónico antigo foi invadida pela água. Cf., contudo, H. KLENGEL, *Altorientalische Texte aus Babylon. Eine Nachlese zu VS 22*, *Altorientalische Forschungen* 15, 1988, p. 231-242.

- (29) Cf. D. O. EDZARD, Art. «Kazallu», RLA 5, p. 542s.
- (30) Cf. F. R. KRAUS, *Altbabylonische Rechtsurkunden aus Isin*, JCS51 (1951) p. 46-117; J. B. ALEXANDER, *Early Babylonian Letters and Economic Texts*, BIN 7, New Haven, Yale University Press, 1943.
- (31) Cf. E. CHIERA, *Legal and Administrative Documents from Nippur, chiefly from the Dynasties of Isin and Larsa*, E. C. STONE, *Nippur Neighborhoods*, Chicago, The Oriental Institute of the University of Chicago, 1987.
- (32) Cf. B. KIENAST, *Die altbabylonischen Briefe und Urkunden aus Kisurra*, 2 vol., Wiesbaden, Franz Steiner Verlag, 1978.
- (33) Cf. p. ex.: H. H. FIGULLA e W. J. MARTIN, *Letters and Documents of the Old Babylonian Period*, UET 5, Londres, The Trustees of the two Museums, 1953.
- (34) Cf. E. BOUZON, *Contratos pré-hammurabianos de Larsa*, no prelo.
- (35) Cf. D. CHARPIN, *Archives familiales et propriété privée en Babylonie Ancienne. Étude des Documents de «Tell Sifr»*, Genève, Librairie Droz, 1980.
- (36) Cf. S. GREENGUS, *Old Babylonian Tablets from Ishchali and Vicinity*, Leiden, Nederlands Historisch — Archaeologisch Instituut te Istanbul, 1979; R. M. WHITING Jr., *Old Babylonian Letters from Tell Asmar*, Chicago, The Oriental Institute of the University of Chicago, 1987.
- (37) Cf. D. CHARPIN, «Transmission des titres de propriété et constitution des Archives Privées en Babylonie Ancienne», in K. R. VEENHOF, (ed.), *Cuneiform Archives and Libraries*, Leiden, Brill, 1986, P. 121-140.
- (38) Cf. D. CHARPIN, *op. cit.*, p. 122.
- (39) *Id.*, p. 129s.
- (40) *Id.*, p. 132s.
- (41) Os 150 contratos de Larsa abrangem um longo período de tempo que vai desde o reinado de Sumu-il (1884-1866) até ao reinado do sucessor de Hammurabi, Samsu-iluna (1749-1712 a. C.). A cidade de Larsa, capital do reino com o mesmo nome, estava situada na localidade conhecida hoje como Senkereh, cerca de 20 km a leste de Uruk e a 40 km ao norte de Ur. Cf. A. PARROT, *Archéologie Mesopotamienne. Les Etapes*, Paris, Editions Albin Michel, 1964, pp. 361-365; J. MARGUERON, art. «Larsa», in D. O. EDZARD, (ed.), *Reallexikon der Assyriologie*, vol. 6, Berlim, Walter de Gruyter, 1980-1983, pp. 496-506.
- (42) Este grupo de textos foram em 1923 traduzidos para o alemão e estudados por J. Kohler e A. Ungnad na obra *Hammurabi's Gesetz*, vol. 6, Leipzig, J. C. Hinrichs Verlag, 1923.
- (43) O próprio Jean transcreveu e traduziu grande parte destes textos no seu trabalho *Larsa d'après les textes cuneiformes*, Paris, Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1931.
- (44) Cf. E. M. GRICE, *Records from Ur and Larsa dated in the Larsa dynasty*, Yale Oriental Series — Babylonian Texts, vol. 5 (YOS 5), New Haven, Yale University Press, 1919.
- (45) Cf. D. E. FAUST, *Contracts from Larsa dated in the reign of Rim-Siin*, Yale Oriental Series — Babylonian Texts, vol. 8 (YOS 8), New Haven, Yale University Press, 1941.

(46) Está no prelo uma edição portuguesa destes contratos com tradução e comentário de E. Bouzon sob o título *Contratos paleo-babilónicos do período pré-hammurabiano*.

(47) Cf. A. DEIMEL, *Sumerisches Lexicon*, vol. 2, Roma, Pontificum Institutum Biblicum, 1930, n.º 324, 116, p. 569; E. C. STONE, *Iraq* 43, Londres, 1981, p. 20. Em relação com o sumerograma apreço ainda a venda de imóveis descritos como É.KI.èUB.BA = «maison en ruine?»; É.GAL.LAM: «main room of a private house» CAD «E» p. 60; É.KI: «terreno não cultivado?» ou simplesmente «É» = casa. Cf. tb. D. CHARPIN, *Archives Familiales et Propriété Privée en Babylonie Ancienne*, Genève, Librairie Droz, 1980, p. 160s.

(48) Cf. B. LANDSBERGER, *Materialien zum sumerischen Lexikon*, vol. 5: The series HAR-ra = hubullu, tablets I-IV. Roma, Pontificum Institutum Biblicum, 1957, p. 20:

K|k1-is*1àh y_D = ma[^]anu = «threshing floor».

KI UD = nidûtu = «a lot not built on uncultivated area».

KI UD = teriqtum = «the empty area between the trees of a date orched, using for growing crops».

KI UD = turbalû = «a kind of fallow ground».

(49) Cf. CAD «M» I, p. 369; AHw, p. 626.

(50) Cf. CAD «N» II, p. 212.

(51) Cf. D. CHARPIN, *op. cit.*, p. 163.

(52) Cf. D. COCQUERILLAT, «Aperçus sur la phéniciculture en Babylonie à l'époque de la 1^{ère} dynastie de Babylone», in *Journal of economic and social history of the Orient*, 10, Leiden, 1967, pp. 161-223.

(53) Cf. A. DEIMEL, *op. cit.*, vol. IV, p. 1069, n.º 579, 355.

(54) Cf. YOS 8, 84; 5,139; VS 13,77; YOS8,143; VS 13,88; VOS 8,166.

(55) Fora dos textos estudados, pode-se ainda citar: A. P. RIFTIN, *Starovavilonskie juridiceâkie i administrativnie documenti v sobranijach SSSR*, Moscovo, 1937, n.º 16 e *Revue d'Assyriologie*, Paris 69, 1975, p. 125, n.º 9, que registam a venda de um A.èÀ KANKAL dos anos 31 e 47 do rei Rim-Sin.

(56) Cf. VS 13,77 (Rim-Sin 35) e YOS 8, 143 (Rim-Sin 36). O comprador nos dois contratos é Ubar-èamaè.

(57) Sobre os contratos de Larsa ver também L. MATOUà, *Les contrats de vente d'imuebles provenant de Larsa*, Archiv Orientalni Praga 18, 1950, pp. 11-67.

(58) Cf. J. RENGGER, *Das Privateigentum an der Feldflur in der altbabylonischen Zeit*, Jahrbuch für Wirtschaftsgeschichte, Berlim, Akademie Verlag, 1987, p. 59.

(59) O A.èÀ àUKU de YOS 8,84 mede 6 IKU e foi comprado por Abuwaqar por 5 1/3 siclos — cerca de 42,66 g — de prata; o A.èÀ èE.GIS Í de YOS 5,139 mede 10 IKU e foi comprado por èamaè-rabi por 1/3 de mina, cerca de 166,66 g — de prata; o A.èÀ.KANKAL Glè.KIRI₆ de VS 13,88 mede 3 IKU e foi comprado por Ubar-èamaè por 10 1/4 siclos — cerca de 82 g — de prata e o A.SÀ Ú.SAL de YÖS 8,166 mede 1 IKU e foi comprado por Munawwirum por 8 1/3 siclos, cerca de 66,66 g — de prata.

(60) Nos outros quatro contratos de venda de campos, em que o sumerograma A.èÀ recebe urna ulterior qualificação o preço é também relativamente baixo; em YOS 8,84

um A.èÀ èUKU de 6 IKU é vendido por 5 1/3 siclos de prata (0,071 gramas por SAR); em YOS 5,139 um A.èÀ èE:Glè.l de 18 IKU é vendido por 1/3 de mina de prata (0,09 gramas por SAR); em VS 13,88 um A.èÀ KANKAL Glè.KIRI₆ de 3 IKU é vendido por 1/4 siclos (0,27 gramas por SAR) e em YOS 8,166 um A.èÀ Ú.SAL de 1 IKU é vendido por 8 1/3 siclos de prata (0,66 gramas por SAR).

(61) Cf. L. MATOUÈ, *Les contrats de partage de Larsa provenant des Archives d'Iddin-Amurum*, Archiv Orientalni, 17, Praga, 1949, pp. 142-173.

(62) Para os contratos de Kutalla Cf. Ch.-F. JEAN, *Tell Sifr — Textes Cuneiformes conservés au British Museum*, Paris, Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1931; D. CHARPIN, *Archives Familiales et propriété privée en Babylonie ancienne*, Genève, Librairie Droz, 1980.

(63) Cf. H. H. FIGULA, *Letters and documents of the Old Babylonian period*, Ur excavation texts (UET) vol. 5, Londres, 1953, n.º 176; S. I. FEIGIN, *Legal and Administrative texts of the reign of Samsu-iluna* (YOS 12), New Haven, Yale University Press, 1979, n.º 277; Ch.-F. JEAN, *op. cit.*, n.º 4.

(64) Em UET 5,176 trata-se de um A.èÀ KANKAL; em YOS 12,277 de um A.èÀ Ú.SAL. Em Ch.-F. JEAN, *op. cit.*, n.º 4 não se pode determinar se depois do sumerograma A.èÀ havia outra determinação já que há uma lacuna no local.

(65) Cf. D. O. EDZARD, *Die «Zweite Zwischenzeit» Babylonians*, Wiesbaden, Otto Harrassowitz, 1957, p. 70s.

(66) Cf. J. RENGER, *art. cit.*, p. 55.

(67) Cf. B. KIENAST, *Die altbabylonischen Briefe und Urkunden aus Kisurra*, Wiesbaden, Franz Steiner Verlag, 1978.

(68) Cf. B. KIENAST, *op. cit.*, n.º 70 (2 IKU A.èÀ GUG₄); 79 (1 IKU A.èÀ GUG₄); 74 (12 IKU A.èÀ GUG₄); 81 (21 IKU A.èÀ GUG₄); 83 (33 SAR A.èÀ KANKAL); 77 (18 A.èÀ GÀR); 71 (12 IKU A.SÀ GUG₄); 80 (6 IKU A.SÀ GÀR); 73 e 75 (12 IKU A.èÀ èE «EN.LÍL); YOS 14,319 (110 SAR A.èÀ èE), 72 (4 SAR KANKAL); CT 48,46 (A.èÀ KANKAL).

(69) B. KIENAST, *op. cit.*, n.º 82 (?IKU A.èÀ); 84 (6 IKU A.èÀ) e J. VAN DIJK, *Texts in the Iraq Museum*, vol. V: Cuneiform texts, Old Babylonian contracts and related material, Wiesbaden, Otto Harrassowitz, 1968, n.º 29.

(70) Cf. R. HARRIS, *Ancient Sippar, A demographic Study of the Old-Babylonian City (1894-1595)*, Leiden, Nederlands Historisch-Archaeologisch Instituut Te Istanbul, 1975, p. 2.

(71) Cf. R. HARRIS, *op. cit.*, p. 213: «We can assume that most of the 15 undated contracts belong to the pre-Hammurapi period since the purchase price is omitted, a practice typical of the early period.»

(72) Cf. R. HARRIS, *op. cit.*, p. 213. Antes da anexação há 4 contratos do período de Ilumma-ila e 5 de Immerum. Após a anexação de Sippar a Babel: Sumu-la-ilu: 2; Zabiam: 10; Apil-Sin: 12; Sin-muballit: 8.

(73) Cf. J. RENGER, *art. cit.*, p. 56.

(74) Cf. J. RENGER, *art. cit.*, p. 56.

(75) Cf. R. HARRIS, *op. cit.* p. 220. Em Sippar entre os reinados de Apil-Sin (1830-1813

a. C.) e Ammi-saduqa (1646-1626 a. C.) temos 61 contratos de venda de campos e 127 contratos de aluguer de campos. Portanto de um conjunto de 188 contratos, 127 (67,56%) são de aluguer e 61 (32,44%) de compra de campos.

(76) Cf. H. KLENGEL, «Einige Bemerkungen zur sozialökonomischen Entwicklung in der altbabylonischen Zeit» in J. HARM ATTA e G. KOMORÓCZY (org.), *Wirtschaft und Gesellschaft im alten Vorderasien*, Budapest, Akademiai Kiadó, 1976, pp. 249-257. Mas J. Renger alerta para o facto que esta diferença possa advir da natureza do material encontrado. Cf. J. RENGGER, art. cit., p. 56s.

(77) Cf. J. RENGGER, art. cit., p. 57s.

(78) Id., p. 57.

(79) Id., p. 58; Cf. também D. CHARPIN, *op. cit.*, p. 21s. Trata-se do funcionário *ka-kikkum* nos documentos de Ur e do *rabīānum* (prefeito) bem como do *rabi sikkatim* (funcionário do cadastro) nos documentos de Kutalla.

(80) Cf. R. HARRIS, *op. cit.*, p. 217s; H. FÄRBER, «A price and Wage study for North Babylonia during the old babylonian Period», in *Journal of economic and social history of the Orient*, 21, Leiden, 1978, p. 47s; L. MATOUĚ, *Les contrats de vente d'immeubles provenant de Larsa*, *Archiv Orientalni*, Praga 18, 1950, p. 33s.

(81) Cf. L. MATOUĚ, art. cit., pp. 33-37.

(82) Cf. R. HARRIS, *op. cit.*, p. 216s.

(83) Cf. E. BOUZON, *As leis de Eshnunna*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1981, p. 54s.